



Carta de Serviços ao Cidadão



Produção: Ouvidoria TJSP ▪ Atualizado em 6/10/22

O Tribunal de Justiça de São Paulo busca atender à sociedade com qualidade, eficiência e transparência.

Para isso, elaboramos a Carta de Serviços ao Cidadão, conforme Lei nº 13.460, de 26 de junho 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública e determina que a Carta deve informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, trazendo informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados.

Esta página elenca os principais serviços oferecidos por este Tribunal, com endereços para a obtenção das informações. Para acessar, basta clicar no endereço ao lado da informação desejada.

[Mapa do site do TJSP](#)

Onde encontram-se todos serviços deste Tribunal

[Telefones, Endereços e Horários de Atendimento](#)

Lista telefônica do TJSP, Unidades Administrativas e Cartorárias

Carta de Serviços ao Cidadão

Adoção

A adoção é o procedimento legal pelo qual alguém assume como filho, de modo definitivo e irrevogável, uma criança ou adolescente nascido de outra pessoa

Alvarás

É uma ordem judicial em favor de alguém, autorizando ou determinando atos ou direitos. Ex.: abertura e/ou movimentação de conta bancária, emissão de carteira de identidade, etc.

Apadrinhamento Afetivo/Financeiro

Resgata o direito de convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos

Aplicativo TJSP

O aplicativo permite a jurisdicionados e advogados acesso aos processos nos *smartphones*, de forma ágil e segura

Assembleia Legislativa SP

Site da Assembleia Legislativa de São Paulo

Auditoria Interna

Informações sobre a execução orçamentária e financeira

Autorização de Viagem para Crianças e Adolescentes

Autorização de Viagens Nacionais e Internacionais de Criança e Adolescente

Balcão Virtual

Atendimento imediato, por videoconferência, nas unidades judiciais, sem necessidade de agendamento

Carta de Serviços ao Cidadão

Banco de Interesse – Assistente Jurídico (2º grau)

Inscrição de servidores para o cargo de Assistente Jurídico

Banco de sentenças - consulta de processos

Consulta de processos julgados em 1º Grau

Biblioteca - Consulta de jurisprudência

Consulta ao acervo bibliográfico, normas, súmulas e ementário de jurisprudência do TJSP

Cadastro de Auxiliares da Justiça

Cadastro de profissionais interessados em atuar como peritos, leiloeiros, tradutores, intérpretes, administradores, administradores judiciais em Falências e Recuperações, liquidantes, inventariantes dativos e outros, nas comarcas, circunscrições e regiões administrativas do Tribunal de Justiça de São Paulo

Cálculos Judiciais

Área destinada a agrupar as Planilhas de Cálculos Judiciais desenvolvidas pelo setor de Contadoria (SPI 3.5) do TJSP

Câmara Especial

Horários de distribuição de recursos

Câmara Especial de Presidentes

Datas de sessões de julgamento

Câmaras Especializadas

1ª e 2ª Câmaras Reservadas de Direito Empresarial

Carta de Serviços ao Cidadão

Câmaras Privadas

Câmaras Privadas de Conciliação

Capacitação e Competências

Capacitação e desenvolvimento de talentos dos servidores

Cartas Precatórias

Peticionamento na Capital

Cartas Rogatórias

Carta Rogatória é um instrumento jurídico para comunicação entre as Justiças de países diferentes

Cejuscs - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

Endereço, telefone e *e-mail*

Centro de Inteligência

O Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça de São Paulo foi criado com o objetivo de identificar e atuar preventivamente no surgimento dos conflitos e promover o tratamento adequado de demandas estratégicas, repetitivas e de massa no âmbito do Poder Judiciário paulista

Cerimonial

Comunicação interna e externa do Poder Judiciário paulista

Certidão - conferência

Formulário para conferência das certidões

Carta de Serviços ao Cidadão

Certidão - pedido

Pedido de certidão de 1º e 2º Graus

Certidão - visualização

Consulta e visualização de certidões

Certidões de Primeira Instância

Informações e orientações

Certidões de Segunda Instância

Informações e orientações

Cível

A seção Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo atende causas relacionadas a família, consumidor, compra e venda, danos morais, contratos, cobranças e muitas outras

Código de Barras para Petições Intermediárias

O TJSP disponibiliza o uso do Código de Barras no protocolo de petições intermediárias. A ferramenta possibilita a substituição da digitação do número do processo por um simples reconhecimento a partir do leitor ótico. O sistema confere agilidade no atendimento de advogados no balcão, além da segurança dos dados informados na petição, por evitar erros de digitação

Códigos das unidades de origem (Res. CNJ nº 65/08)

Relação das Unidades de Origem do Processo

Colégio Recursal

Composição do Colégio Recursal

Carta de Serviços ao Cidadão

Comissão Judiciária Interinstitucional de Enfrentamento Ao Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo e Exploração Infantil (Citei)

Promove diálogo ao enfrentamento do tráfico de pessoas e, também, do trabalho escravo e da exploração infantil, além do tema alusivo aos refugiados

Comissões do Tribunal de Justiça

Composição das Comissões do Tribunal de Justiça

Comitê Gestor de Orçamento e de Priorização de Primeiro Grau

Tem atribuições, fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações com o objetivo de aprimorar os serviços da primeira instância

Competência Territorial na Capital

Consulta territorial se dá exclusivamente por conceitos geográficos

Conciliação e Mediação

A mediação e a conciliação são métodos alternativos de solução de conflitos. O objetivo é prestar auxílio a qualquer cidadão na tentativa de solução de um problema, sem a necessidade de uma decisão judicial. O conciliador ou mediador, pessoa capacitada para a função, ajuda os envolvidos na demanda a encontrarem uma solução juntos, dentro da lei

Conciliação em 2º Instância

Visa solucionar litígios por meio do acordo e, assim, diminuir o acervo de recursos que aguardam julgamento

Concorrência Pública - Cartórios Extrajudiciais

Requisição de Certidão de Concorrência Pública

Carta de Serviços ao Cidadão

Concursos

Magistrados e servidores

Conferência de Documento Digital

Conferência de documentos impressos com os originais em formato eletrônico

Conselho Nacional de Justiça

Site do Conselho Nacional de Justiça

Conselho Superior da Magistratura

Composição do Conselho Superior da Magistratura

Consulta de Jurisprudência

Consulta decisões Monocráticas e Homologações de Acordo

Consulta de Validade de Selos e Documentos

A consulta de validade de selo tem como objetivo permitir a verificação de validade de um selo ou outro documento de fiscalização a partir de seus números de identificação

Consulta processual

Consulta Processual 1º e 2º grau - VEC- Processos Físicos

Contratos e Convênios

Consulta completa aos contratos e convênios da Secretaria de Administração

Carta de Serviços ao Cidadão

[Contratos e Licitações](#)

Informações sobre contratos e licitações

[Coordenadoria Criminal e de Execuções Criminais](#)

Questões prisionais

[Coordenadoria da Infância e Juventude](#)

Atendimento Socioeducativo, de Convivência Familiar e Comunitária ou de Enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes

[Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar](#)

Atividades de combate e de prevenção à violência de gênero

[Coordenadorias das Circunscrições Judiciárias do Estado de SP](#)

Desembargadores Coordenadores das Circunscrições Judiciárias

[Corregedoria](#)

Sua atribuição é a fiscalização, em caráter geral e permanente, das atividades dos órgãos e serviços judiciários de primeira instância, assim como das atividades das delegações notariais e de registros. Também fiscaliza estabelecimentos prisionais e tem a função de decidir sobre a interdição de cadeias

[Corregedoria-Consulta aos pareceres e decisões](#)

Portal de Consulta aos pareceres e decisões da Corregedoria Geral da Justiça

Carta de Serviços ao Cidadão

Criminal

As varas e câmaras criminais julgam crimes e outras infrações tipificados no Código Penal brasileiro e nas demais leis, de acordo com a Constituição Federal. Quem for vítima ou tiver conhecimento de algum crime deve procurar a polícia ou o Ministério Público, que terão o papel de investigar e fazer a denúncia ao juiz, a quem caberá decidir pela abertura da ação penal. Se for dada continuidade ao processo, o juiz zelará pelo correto andamento da ação e ao final decidirá pela culpa ou inocência do réu – sentença que caberá ao Tribunal do Júri nos casos de crimes dolosos contra a vida

Decanato

O decano do Tribunal de Justiça é sempre o desembargador mais antigo da Corte. Ele integra o Conselho Superior da Magistratura juntamente com o presidente, o vice-presidente, o corregedor-geral da Justiça e os presidentes das seções de Direito Criminal, Direito Público e Direito Privado

Defensoria Pública

A Defensoria Pública é uma instituição pública que presta assistência jurídica gratuita e integral a pessoas que não tenham condições financeiras de pagar por esse serviço

Denúncias sobre maus-tratos e abusos contra crianças e adolescentes

Denúncias sobre maus-tratos, violência, ou abusos contra crianças e adolescentes podem ser realizadas por meio do número de telefone 100, por qualquer cidadão

Departamento de Precatórios

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias, fundações e universidades, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva

Desarquivamento de processos

O desarquivamento pode ser solicitado pela parte, advogado ou qualquer interessado, diretamente no cartório em que tramitou o processo, ou pelo advogado, por meio de petição que poderá ser encaminhada pelo protocolo integrado

Carta de Serviços ao Cidadão

Despesas Processuais

Despesas processuais, recolhimento de custas

Destruição de armas

Destruição de Armas – Provimento CSM 2018/2012 - Modelos/Orientações

Diário da Justiça Eletrônico

Consulta de Diário da Justiça Eletrônico

Diretoria de Auditoria Interna

A DAI tem a finalidade de propiciar ações preventivas e orientar as unidades administrativas

Divórcio Consensual, Litigioso, Inventário e Partilha de Herança nos Cartórios de Notas

É a possibilidade de se realizar divórcio, inventário ou partilha de bens consensualmente (de comum acordo) em qualquer cartório de notas, por meio de escritura pública

Documentos de Registro Civil

Pesquisa realizada para localização de registros de nascimento, casamento e óbito

Dúvidas Frequentes

Dúvidas frequentes

E-mails Institucionais

E-mails institucionais do TJSP

Carta de Serviços ao Cidadão

[Endereçamento Cartas Precatórias](#)

Critério para encaminhamento das Cartas Precatórias – Comunicado CG nº 363/2017

[Escola Judicial dos Servidores](#)

A Escola Judicial dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi implantada pela E. Presidência por meio da Portaria nº 8.965/2014, sendo destinada à valorização qualitativa dos recursos humanos existentes, capacitando os servidores para atuarem de forma eficiente, com perfil adequado às necessidades do serviço, proporcionando um melhor ambiente de trabalho, tendo em vista a necessidade de integrar, formar, aperfeiçoar e capacitar de forma contínua os servidores do Tribunal de Justiça para o desempenho de suas funções

[Escola Paulista da Magistratura](#)

A Escola Paulista da Magistratura desenvolve dois ramos de ensino: a formação continuada de magistrados e os cursos abertos a toda a comunidade jurídica

[Escritório Digital](#)

O Escritório Digital é um *software* desenvolvido pelo CNJ em parceria com a OAB para integrar os diferentes sistemas processuais dos tribunais brasileiros e permitir ao usuário externo uma única porta de acesso ao Judiciário

[Estatísticas](#)

Em atendimento à Resolução CNJ nº 333/2020, nesta página disponibilizamos painéis de *business intelligence* e relatórios estatísticos referentes às atividades do Tribunal de Justiça de São Paulo. Acesso aos Painéis Estatísticos

[Execução Orçamentária e Financeira](#)

Licitações, contratos, relatórios de Gestão Fiscal, Orçamento Anual, Lista de veículos oficiais, Plano Plurianual

[Execuções Criminais](#)

Cabe às unidades de Execução Criminal o acompanhamento e fiscalização das penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e medidas de segurança

Carta de Serviços ao Cidadão

Execuções Fiscais

Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública

Falências e Recuperações Judiciais

Falências, Recuperações Judiciais, Empresarial e Conflitos Relacionados à Arbitragem

Família e Sucessões

- Divórcio Consensual
 - Divórcio Litigioso
 - Divórcio Consensual, Inventário e Partilha de Herança nos Cartórios de Notas
 - Pedido de Pensão Alimentícia
 - Regulamentação de visitas
 - Alvará de Separação de Corpos
-

Fazenda Pública

Julgam causas cíveis em que figurem como parte o Estado, os municípios, suas autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações de direito público

Formulários

- Autorização para viagem de menores de idade
 - Ficha de Inscrição de Médicos Peritos
 - Formulário de Pedido de Sessão Conciliatória
 - Formulário para Carga Rápida
 - Melhores Práticas Cartorárias
 - Sugestões de Alteração ou Criação de Modelos de Expedientes
-

Fraternidade Judiciária

Assistência aos funcionários, visando resgatar a cidadania e dignidade nas diversas frentes – social, jurídica e financeira, em caráter educacional e preventivo, criando condições básicas para a Promoção Humana

Carta de Serviços ao Cidadão

[Gestão do Conhecimento/Biblioteca](#)

Bibliotecas, Publicações e Divulgação, Jurisprudência, Legislação e Pesquisa

[Gestão Documental](#)

O Programa de Gestão de Documentos do Tribunal de Justiça de São Paulo é disciplinado pela Resolução nº 859/2021, cujo objetivo é adotar um conjunto de procedimentos referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos, visando ao recolhimento para guarda permanente ou à eliminação daqueles, que tenham cumprido sua temporalidade e sejam desprovidos de valor secundário

[Gestão Orçamentária e Financeira \(Lei Complementar n. 131/09\)](#)

Informações relativas à gestão orçamentária e financeira

[Golpes - Alertas - Correspondências Falsas](#)

Criminosos usam o nome do TJSP para aplicar golpes. Saiba como se prevenir

[GRU Cobrança](#)

Guias de recolhimento – STF

[Grupo de Câmaras Empresariais – Enunciados](#)

Enunciados do Grupo de Câmaras Empresariais

[Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário \(GMF\)](#)

Reclamações relativas a irregularidades no sistema de Justiça criminal e no sistema de Justiça juvenil

[Guarda](#)

É o ato judicial que confere ao interessado poder familiar, ou seja, guarda, sustento e manutenção em relação ao menor

Carta de Serviços ao Cidadão

Imprensa

Endereço e telefone da Diretoria de Comunicação Social

Índice da Justiça Federal

Manual de orientação de procedimentos para os cálculos na Justiça Federal

Indisponibilidade de Sistemas

Avisos de Indisponibilidade de sistema

Infância e Juventude

As varas da Infância e da Juventude e a Câmara Especial recebem processos envolvendo adoção, casos de infração, vagas em creche, entre outras demandas

Investigação de Paternidade

Processo realizado quando o pai se recusa a reconhecer voluntariamente a paternidade

Juizados Especiais

Os Juizados Especiais Cíveis têm como intuito resolver causas de menor complexidade com maior rapidez, buscando, sempre que possível, o acordo entre as partes

Juízes de Primeira Instância

Lista de antiguidade – Escala de trabalho presencial dos juízes

Legislação Estadual

Consulta na Divisão de Pesquisa e Atualização de Atos Normativos da Assembleia Legislativa de São Paulo

Carta de Serviços ao Cidadão

[Legislação Federal](#)

Consulta à Legislação Federal

[Lei Geral de Proteção de Dados](#)

A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural

[Leilões](#)

O TJSP não envia qualquer tipo de publicidade por *e-mail* ou outras formas de comunicação oferecendo bens em leilão

[Links de outros órgãos](#)

Links de outros órgãos

[Lista de Pequeno Valor das Unidades Públicas Devedoras](#)

Listas de pequeno valor das unidades públicas devedoras

[Lista de Veículos](#)

Lista de veículos oficiais utilizados

[Magistrados](#)

Consulta de Magistrados

[Magistrados - atividades de docência](#)

Pesquisa sobre participação de magistrados em eventos e atividades de docência

Carta de Serviços ao Cidadão

[Memória do TJSP](#)

O Tribunal de Justiça de São Paulo reafirma seu compromisso com a História e com a promoção da cidadania por meio do acesso e difusão de seu Patrimônio Cultural material e imaterial

[Ministério Público SP](#)

Site do Ministério Público de São Paulo

[Movimento Judiciário](#)

Corregedoria – estatística

[Museu](#)

O Museu do Tribunal de Justiça de São Paulo tem a missão de preservar os bens culturais do Poder Judiciário, divulgar a história da instituição por meio da coleta, catalogação, conservação, comunicação e exposição do valioso acervo que compõe seu rico patrimônio material e imaterial

[Normas Extrajudiciais](#)

Normas Extrajudiciais da Corregedoria Geral da Justiça

[Normas Judiciais](#)

Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça

[Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas](#)

Nugep - Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas

[Núcleo Estratégico de Demandas de Direitos Fundamentais](#)

Mapa de jurisprudências e demandas oriundas da sociedade e dos projetos legislativos em andamento

Carta de Serviços ao Cidadão

Operação Retorno

Objetivo: Recambiar presos entre Estados de toda Federação Nacional

Orçamento Anual

Consulta à Lei Orçamentária Anual

Ordem dos Advogados do Brasil – SP

Site da OAB-SP

Órgão Especial

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo, do artigo 8º ao 14º, prevê a formação e competência do Órgão Especial, que reúne 25 desembargadores: o presidente do TJSP, doze dos mais antigos e doze eleitos

Órgãos do Poder Judiciário

A função do Poder Judiciário é garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Para isso, tem autonomia administrativa e financeira garantidas pela Constituição Federal

Ouvidoria

A Ouvidoria Judicial é um canal direto de comunicação entre o Tribunal de Justiça de São Paulo e seus funcionários, advogados e usuários em geral. São recebidas reclamações, elogios e sugestões sobre os serviços e atos de responsabilidade das unidades integrantes do Tribunal de Justiça de São Paulo

Pareceres e Decisões da Corregedoria

Pesquisa de Pareceres e Decisões da Corregedoria

Carta de Serviços ao Cidadão

Pensão Alimentícia

É o pedido de fixação de alimentos em favor de filhos menores de 18 anos ou de cônjuge (marido ou mulher)

Pesquisas Cíveis

Pesquisa que informa se existe processo cível em nome de pessoa física ou jurídica

Peticionamento Eletrônico - Consulta

Protocolo e consulta de petições iniciais e intermediárias de Primeiro Grau, Segundo Grau e do Colégio Recursal Central da Capital

Peticionamento eletrônico - Informações

Recurso disponibilizado somente para os processos digitais (Lei nº 11.419 de 19/12/2006), o qual possibilita que a petição seja protocolada e enviada por meio eletrônico diretamente ao distribuidor competente ou à Vara em que tramita o processo

Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico é uma metodologia administrativa utilizada para desenvolver a estratégia da organização levando em consideração o ambiente na qual está inserida. Inclui atividades que envolvem a definição da Missão, Visão e Valores da Organização, o estabelecimento de seus Objetivos e o desenvolvimento de Estratégias que possibilitem o sucesso das operações no seu ambiente

Planejamento Estratégico de TI

A Estratégia de TI do TJSP é alinhada à missão, visão e valores da Corte, aos macrodesafios da estratégia do Poder Judiciário nacional, ao planejamento estratégico do TJSP (PETJ) e aos objetivos da estratégia nacional de TI (Entic-JUD)

Plano de Logística Sustentável

O Plano de Logística Sustentável tem como foco a redução de recursos naturais e bens públicos a partir da definição de indicadores, metas, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados

Carta de Serviços ao Cidadão

Plano Plurianual

Planejamento governamental que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual e dos demais Poderes do Estado para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada

Plantão Judiciário

Plantões judiciários ordinários

Podcasts

Podcasts do TJSP

Portal de Custas e Recolhimentos

Emissão de guias para pagamento de taxas processuais e depósitos judiciais em um único local. O sistema ainda permite acesso a magistrados e servidores do TJSP para consulta de saldos e extratos das contas judiciais

Portal de Serviços

- Consultas Processuais
 - Solicitação de Conciliação
 - Requisitórios
 - Contratos
 - Consultas de Jurisprudência
 - Diário da Justiça Eletrônico
 - Biblioteca
 - *Push*
 - Certidões
 - Corregedoria
 - Conferência de Documento Digital
 - Consulta de Julgados de 1º Grau
 - Peticionamento Eletrônico
-

Carta de Serviços ao Cidadão

[Portal do Credenciamento de Bancos](#)

Magistrada, magistrado, servidora e servidor do Tribunal de Justiça de São Paulo podem escolher em qual banco credenciado desejam receber seus salários

[Portal do Extrajudicial](#)

Portal dos cartórios extrajudiciais

[Presidência](#)

A Presidência é o órgão responsável pela administração do Tribunal de Justiça de São Paulo

[Primeira Instância](#)

A Primeira Instância, ou Primeiro Grau é a porta de entrada do Poder Judiciário, por onde se inicia a maior parte dos processos que são analisados e julgados por um juiz

[Processo de Remoção](#)

Esta área da *intranet* do Tribunal de Justiça é destinada à centralização das informações relativas ao Instituto de Remoção dos Servidores

[Produtividade na 1ª e 2ª Instâncias](#)

Produtividade por magistrado ou unidade

[Programa ApadrinhArte](#)

Pessoas físicas e jurídicas interessadas podem oferecer ingressos, meios de transporte e alimentação necessários para que crianças e adolescentes de determinada cidade ou região de grandes cidades, frequentem ambientes artísticos

[Programa de Estágio TJSP](#)

Estagiários de nível superior e médio

Carta de Serviços ao Cidadão

[Programa Empresa Amiga da Justiça](#)

Parceiros do programa Empresa Amiga da Justiça

[Programa Município Amigo da Justiça](#)

Objetiva incentivar a utilização de métodos autocompositivos de solução de conflitos, como a mediação e a conciliação, entre as prefeituras e os cidadãos

[Provimentos da Corregedoria](#)

Consulta de Obras, Periódicos e Artigos

[Quem somos](#)

Composição Biênio 2022/2023

[Reconhecimento de Paternidade](#)

É o procedimento realizado para reconhecer legalmente a paternidade de uma pessoa

[Regimento Interno do TJSP](#)

Regimento Interno do TJSP

[Regiões Administrativas Judiciárias](#)

Regiões Administrativas Judiciárias, Juízes Diretores

[Registro Tardio](#)

Solicitação feita por pessoa que não possui documento de registro civil ou quando tem em mãos um documento sem validade legal, pode ser de nascimento ou óbito

Carta de Serviços ao Cidadão

Regulamentação de Visitas

É a ação judicial que estabelece e define critérios para a visita de menor quando não há acordo entre os pais ou familiares, ou quando não há cumprimento de acordo anteriormente firmado

Regulamento Interno dos Servidores

Regulamento Interno dos Servidores do TJSP

Relatórios de Gestão Fiscal

Relatórios de Gestão Fiscal

Requisitórios

Possibilita que o devedor tenha acesso aos requisitórios e mapas orçamentários de sua entidade devedora

Resolução n. 102/09

Dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos

Resolução n. 195/14

Dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de 1º e 2º graus

Resolução n. 215/15 - Vencimentos de Magistrados e Servidores

Remunerações e Diárias pagas a Membros da Magistratura, Servidores, Colaboradores e Colaboradores Eventuais

Resolução n. 219/16

Dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de 1º e 2º graus

Carta de Serviços ao Cidadão

Resolução n. 227/16

Relação de servidores que atuam em regime de teletrabalho

Retificação de Registro Civil

Ordem judicial que autoriza a correção de um documento de registro civil

Seção de Direito Criminal

Compete à Seção Criminal a apreciação de feitos originários e recursos que versem sobre matéria penal e processual penal, no âmbito estadual, ressalvada a competência de outros órgãos da Justiça

Seção de Direito Privado

A Seção de Direito Privado corresponde à metade do Tribunal de Justiça de São Paulo, tanto na quantidade de magistrados quanto no número de recursos que são distribuídos e aguardam julgamento. A Seção é formada por 38 Câmaras, além de duas Câmaras Reservadas de Direito Empresarial, e composta, quando completa, por 190 desembargadores e 38 juízes substitutos em Segundo Grau

Seção de Direito Público

A Seção de Direito Público é formada por 90 desembargadores divididos em 18 Câmaras. Da 1ª à 13ª câmaras cabe a reponsabilidade pelos julgamentos dos tributos estaduais, ações civis públicas, improbidade administrativa, entre outros. As 14ª, 15ª e 18ª câmaras são responsáveis pelo julgamento dos recursos envolvendo os tributos municipais. Já às 16ª e 17ª câmaras cabe o julgamento dos recursos referentes às questões que versam acerca de acidentes de trabalho. A Seção conta também com duas Câmaras Reservadas ao julgamento de matéria envolvendo o meio ambiente

Secretarias

Secretarias do Tribunal de Justiça

Serviço de Informação ao Cidadão

Formulário para atendimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)

Carta de Serviços ao Cidadão

Serviço Voluntário

O Tribunal de Justiça de São Paulo recebe pessoas interessadas em prestar serviço voluntário nas unidades do Judiciário no Estado

Sistema Push

O *Push* permite ao advogado receber por *e-mail* as informações referentes à movimentação processual

Superior Tribunal de Justiça

Site do Superior Tribunal de Justiça

Suporte Técnico de Sistemas e-SAJ

Esclarecimento de dúvidas, cadastro de advogados, consulta processual e de jurisprudência, peticionamento eletrônico de 1ª e 2ª instâncias e Colégio Recursal

Supremo Tribunal Federal

Site do Supremo Tribunal Federal

Tabela de Fiança

- Índices e Despesas Processuais
- Atualização Monetária
- Despesas Processuais
- Tabela Fiança

Tabelas de Atualização Monetária

- Tabela Prática para Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais (INPC)
 - Tabela Emenda Constitucional nº 113/21
 - Tabela Prática para Cálculo de Atualização Monetária – IPCA-E
 - Tabela Resolução CNJ nº 303/19 /IPCA-E
-

Carta de Serviços ao Cidadão

Tabelas Processuais Unificadas

- Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário
- Vinculação - Classes e Assuntos Vinculação

Taxas Judiciárias

Informações sobre recolhimento de taxas

Tribunal Pleno

Lista de antiguidade dos desembargadores

Tutela

Nomeação judicial de pessoa capaz, que visa proporcionar ao menor em situação de desamparo, decorrente da ausência do poder familiar, proteção pessoal e a administração de seus bens

Unidades Prisionais

Endereços das unidades prisionais

UPJ – Unidade de Processamento Judicial

A Unidade de Processamento Judicial (UPJ), conhecida como “Cartório do Futuro”, é uma inovação do Tribunal de Justiça de São Paulo para adequar as unidades judiciais à realidade de trabalho resultante da implantação do processo digital. A UPJ unifica três ou mais ofícios judiciais de mesma competência para processamento e cumprimento das determinações judiciais

Vice-Presidência

Distribuição de processos do Órgão Especial e resolver previamente os incidentes e questões urgentes; substituir o presidente do Tribunal nos impedimentos e afastamentos; compor e secretariar os trabalhos do Conselho Superior da Magistratura (CSM); integrar e presidir comissão permanente, conforme artigo 27 do RITJ

Visitas Monitoradas

- Palácio da Justiça
 - Museu do Tribunal de Justiça de São Paulo: "Palacete Conde de Sarzedas"
 - Memória TJSP
-